

## MEDIDA PROVISÓRIA 915/2019

Medida Provisória nº 915, aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União.

Apresentação: 29/04/2020 17:05

EMP n.11/0

### EMENDA DE PLENÁRIO

Acrescente ao Art. 4º A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.

7º .....

.....

.

VI – atividade de leiloeiro, sendo obrigatório o arquivamento na junta comercial.

....." (NR)

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda acolhe contribuição dos representantes do Colégio Notarial do Brasil, para conferir a atribuição de leiloeiro aos tabeliães de notas em consonância com as medidas desburocratizantes da MP 915, ou seja, ampliado e seu objetivo haja vista que os profissionais Tabeliães, estão presentes em todos os municípios do Brasil e são dotados de conhecimento jurídico e credibilidade, o que facilita a adesão dos eventuais interessados nos bens ofertados pela União.

Destacamos que a estrutura pulverizada dos aproximadamente 10 mil tabeliães resulta em uma força de trabalho de 90 mil pessoas para realização dos leilões no Brasil, aumentando consideravelmente a eficiência do serviço. Também merece destaque a imparcialidade do tabelião, o que desmistifica o leilão e traz confiança para os cidadãos que hoje não participam dessa modalidade de negócio por medo de fraudes ou de aquisição de bens que não se encontram no estado prometido.

Documento eletrônico assinado por Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC), através do ponto SDR\_56483, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



É importante considerar que os documentos de arrematação gerado pelo tabelião serão “documento público” o qual possui auto executividade e presunção de veracidade, devido à sua fé pública do Tabelião, aumentando a segurança jurídica do serviço. Considera-se também que a utilização do serviço notarial permite maior publicidade dos leilões.

Atualmente os tabeliães já estão preparados tecnologicamente para fornecer os atos em modelo digital, o que permite a inclusão dos leilões digitais na proposta por meio de uma plataforma em blockchain única composta por todos os Tabeliães, unificando os leilões feitos por tabeliães em um único site.

Aproveitamos o ensejo para fazer as seguintes considerações, tomando como exemplo o Estado de São Paulo, onde a arrecadação dos Tabelionatos é destinada a vários órgãos, aproximadamente nos seguintes percentuais: 17% são receita do Estado, sendo que desse valor 74% desse valor é destinado à Assistência Judiciária; 7% para os oficiais de justiça; 18% a Fazenda do Estado; 13% são contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado; 3% são destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais; 3% são destinados ao Tribunal de Justiça; 3% é destinado ao Ministério Público; e 1% são destinados às Santas Casas de Misericórdia.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2020.

Rogério Peninha Mendonça  
Deputado Federal